

linha viva

Número 402 . 20/03/97 . Intersindical dos Eletricitários de SC

EDITORIAL

Nem o desencadeamento de uma campanha para restauração de princípios morais na Celesc, iniciada semana passada pelos sindicatos de trabalhadores da empresa, nem a indignação da população em relação às descobertas diárias da CPI das Letras, envolvendo o governo Paulo Afonso, contém a falta de ética e os desmandos cometidos pela atual direção da Celesc.

O presidente Paulo Tatim, em meio a tantos distúrbios, resolveu tirar 30 dias de férias e, sem cerimônia, deixou ocupando seu lugar ninguém menos do que Oscar Falk, diretor financeiro e ex-secretário da Fazenda, que está na mira da CPI da Assembléia Legislativa.

Outro caso exemplar desta falta de moralidade na condução da empresa é o que vem sendo investigado pelo Sinergia há algum tempo. Mauri Pereira dos Santos, assessor do administrador da Agência Regional da Celesc em Florianópolis, desde que está no cargo tem à sua disposição um carro Kadet, branco, placas LXP 8854. E desde então tem usado diariamente o carro da Celesc, conforme foi observado inúmeras vezes por diretores do Sinergia, para buscar seus filhos na escola e levá-los para casa. Na segunda-feira passada o Linha Viva acompanhou e fotografou mais uma vez o uso indevido de patrimônio da Celesc, que está ocorrendo na Agência/Florianópolis. Às 12h e 45 min o Kadet branco parou ao lado do Colégio Visão, no bairro Kobrasol, em São José, apanhou os dois filhos adolescentes de Mauri Pereira dos Santos e os levou em casa, a 500 metros de distância da escola. Neste dia Mauri Pereira dos Santos sequer se deu o trabalho de acompanhar o motorista da Celesc, responsável pelo veículo. Tudo foi feito, como virou rotina, pelo motorista encarregado do Kadett, sem nenhum sobressalto. Casos semelhantes serão relatados nas próximas edições.

Esta semana estiveram depondo na CPI das Letras em Florianópolis dois ex-governadores - Vilson Kleinubing e Cacildo Maldaner. Esquecendo-se as disputas políticas, o momento atual

Eles



não páram

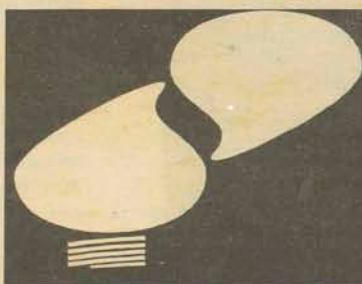


de usar a Celesc

brasileiro tem sido rico em mostrar a falta de vergonha de personagens públicos em mentir deslavadamente. O Presidente da República mente, para milhares de pessoas, sobre a aposentadoria (ver matéria no meio). Os depoentes na CPI em Brasília irritam os senadores com centenas de mentiras. Aqui, em Florianópolis, vemos o secretário da Fazenda dar publicidade às suas mentiras. E, finalmente, Cacildo Maldaner, ao depor na Assembléia Legislativa foi acometido da mesma "amnésia" de negociantes do dinheiro público. A todas perguntas dos deputados Maldaner respondeu com evasivas, dizendo não

se lembrar de nada. Kleinubing porém lembrou que a Ordem de Serviço 005/88 que deu origem ao processo das Letras "é tão verdadeira quanto uma nota de três reais". Kleinubing contou que advertiu Maldaner para o risco da perda de mandato se confirmasse sua assinatura em ato oficial forjado. Depois deste conselho, o documento simplesmente desapareceu, apesar de ter sido divulgado com estardalhaço pelo Secretário da Fazenda, Prisco Paraíso. Desde fevereiro ninguém mais viu a ordem de Serviço.

Por tudo isto, o Fórum pela Ética e Moralidade, que reúne sindicatos, movimento estudantil, partidos políticos catarinenses, vai fazer uma panfletagem no centro de Florianópolis, hoje, quinta-feira, pedindo o fim da corrupção e o impeachment de Paulo Afonso. E, programa para dia 26 de março um grande ato na cidade. O fórum já se posicionou contra a privatização da Celesc, Casan e besc, anunciada por Prisco Paraíso, semana passada.



**TODO MUNDO
PRONTO PARA A
ASSEMBLÉIA
ESTADUAL DIA 5
DE ABRIL EM
FLORIANÓPOLIS.**

**DIAS 25 E 26
DE ABRIL SAI O 1ª
CONGRESSO
DOS ELETRICITÁRIOS
DA CELESC.**

Novas regras

De baixo das vaías dos metalúrgicos do ABC Paulista o presidente Fernando Henrique negou a existência de projeto de aposentadoria aos 65 anos. Isso não é verdade porque já está tramitando no Congresso uma emenda constitucional para tornar real esta proposta.

Outro fato que comprova a mentira é que as mudanças já começaram e o primeiro alvo foram as aposentadorias especiais. Desde o dia 06 de março, com a publicação do Decreto nº 2.172 no Diário Oficial, o trabalhador terá que comprovar a efetiva exposição a agentes nocivos à saúde durante o período de trabalho para requerer aposentadoria especial. As mudanças reduzem o número de trabalhadores que podem se aposentar antes de 30 ou 35 anos de serviço. Antes este tipo de aposentadoria era concedido por categoria profissional após 15, 20 ou 25 anos trabalhados.

As tarefas que permitirão a aposentadoria anterior a 30 anos para mulheres e 35 para homens são as seguintes:

15 anos de serviço - Atividade permanente em frente de produção no subsolo de minerações

20 anos - Exposição à associação de agentes em mineração subterrânea, longe da frente de produção e trabalho com exposição ao elemento químico asbesto

25 anos - Exposição a agentes químicos e compostos tóxicos; exposição a agentes físicos, como ruídos acima de 90 decibéis, vibrações por perfuratrizas e marteletes pneumáticos, radiações e temperaturas e pressão atmosférica anormais; exposição a parasitas infecciosos vivos e toxinas.

Quem exerceu atividade com direito a aposentadoria especial até 27 de abril de 1995 poderá converter o seu tempo de trabalho de acordo com a tabela divulgada pelo governo.

Primeiro o trabalhador deve verificar em que caso sua atividade profissional se encaixa (15, 20 ou 25 anos). Depois multiplica o nº de anos trabalhado

Período para aposentadoria especial	Coeficiente conforme novo tempo a ser comprovado		
	30anos	25anos	35anos
15 anos	2,00	1,67	2,33
20 anos	1,50	1,25	1,75
25 anos	1,20	-x-	1,40

Ex: Quem trabalhou 7 anos em atividade com direito a aposentadoria especial aos 15 anos de serviço e agora será aos 35, multiplica os 7 anos pelo coeficiente 2,33, que dá 16 anos e 3 meses trabalhados. Ele terá que trabalhar mais 18 anos e 9 meses para completar os 35. Esta regra de conversão só vale para quem iria se aposentar até 27/04/95. A partir de então impera a aposentadoria comum. Aposentadorias especiais só para atividades já citadas.

OPORTUNO?

A diretoria da Celesc está adotando diversas medidas que chama, oportunamente de "Redução de Gastos", dentre elas, a de economizar com a instituição de férias coletivas na empresa. A Intercel discorda e está adotando medidas judiciais para que a Celesc mantenha o acordo estabelecido e cumpra a programação que vem sendo adotada há muitos anos.

Editais atropela processo de privatização da Eletrosul

Na próxima terça-feira, dia 25, serão entregues no Rio de Janeiro as propostas para "contratação dos serviços especializados para a desestatização de FURNAS e ELETROSUL e outros serviços relativos ao SISTEMA ELETROBRÁS". O edital de licitação nº PND/CN-01/97 do BNDS,

datado de 27 de janeiro deste ano estabelece as condições para o processo de avaliação das empresas para a venda.

O processo de avaliação da Eletrosul inclui as usinas de Salto Osório, Salto Santiago, Passo Fundo, Jorge Lacerda, Charqueadas, Itá, Machadinho, Jacuí I e Alegrete, além dos

ativos não operacionais e toda a administração da empresa, desde fluxo de caixa, insumos necessários à manutenção, recursos humanos até os fundos de pensão. As avaliações serão realizadas separadamente para cada um dos objetos de venda. Foram excluídos deste processo os ativos vinculados à transmissão de energia e as usinas nucleares (FURNAS).

Os prazos para execução do contrato, foi fixado 60 dias para apresentação dos relatórios referentes à reestruturação e 75 dias para a avaliação técnico-eracional. O relatório definitivo de avaliação econômico-financeira deve ser apresentado em 90 dias, a proposta sistemática da venda em 105 dias e o edital e proposta de venda em 120 dias.

"O edital só vem confirmar o 'balcão negócios' que o governo FHC implantou dentro do setor elétrico", lamenta Mauro Passos, diretor do

Sinergia, que há duas semanas representou a Intersul na Audiência Pública sobre a compra de energia da Argentina por parte da ELETROSUL e de FURNAS. Ao mesmo tempo em que estas duas empresas são apresentadas aos empresários argentinos através de edital de licitação como habilitadas e capacitadas para comprar, por 20 anos, 1000 Mw de energia daquele país, um outro edital é publicado pelo mesmo governo para colocá-las à venda. "É o cúmulo da contradição. Precisamos ter a condição de mostrar à sociedade o desatino desta medida", desabafa Mauro.

Por isso durante o Planejamento realizado pela Intersul no início desta semana, consensualmente foi estabelecido como prioridade, a luta contra a privatização da ELETROSUL. "Privatizar significa aumentar a tarifa, pôr em risco os fundos de pensão e concentrar riqueza e poder nas mãos de poucos", conclui Mauro Passos.



ALBANIA SEGUIU À RISCO A RECEITA DO FMI

"A tragédia da Albânia não deve se transformar num espetáculo. Não assistam nosso drama como uma performance", pediu no início desta semana o renomado escritor albanês Ismail Kadare ao resto do mundo, falando da tragédia que se abateu sobre seu país nas últimas semanas. Os albaneses não estão porém vivendo uma guerra civil, mas um caos institucional. Na Albânia está sendo aplicada a mais famosa lei neoliberal: o fim do Estado. Capitularam o Estado, a polícia, o exército e outras instituições. Os bandos armados que abrem fogo em Tirana não estão em lados

opostos. Apenas passaram a viver segundo a lei de cada um por si.

Muitos acusam os próprios albaneses por esta situação. Mas depois que se descobre o que o FMI fez no país desde 1992, fica claro de quem é a culpa.

Ao atribuir ao "esquema das pirâmides" (conhecido até pelos empregados da Celesc e Eletrosul) a geração de tamanho caos é dizer que os albaneses são burros, corruptos ou loucos. Como duvidar de diversas instituições financeiras que patrocinavam esquemas de investimento, prometendo altos lucros? Grande parte da população per-

deu todo seu dinheiro no esquema que isto aconteceu?

Em 1992, o parlamento albanês aprovou uma lei bancária - delineada pelo time do FMI que estava Banco Central da Albânia (A) -, dando ao banco central poder de supervisionar todas as atividades de bancos comerciais (incluindo negócios engajados em atividades bancárias independentes do nome que tinham: banco, fundação, fundo, etc) e estabelecer fundos de reserva para garantir a segurança dos investidores. Ou seja, se alguém praticasse juros perigosos, a lei tinha direito de pe-

dir um depósito como segurança dos clientes daquele negócio.

Em 1994 o congresso albanês começou a discutir uma lei de falências com um artigo especial sobre bancos estabelecendo que todos teriam que fazer depósitos, à título de fundo de segurança, supervisionados pelo BCA. A equipe do FMI mandou riscar este artigo, dizendo simplesmente que o artigo era "inconsistente". Em junho de 1995, quando o "esquema das pirâmides" já estava em curso, especialistas estrangeiros alertaram sobre a falta de proteção bancária. Mas os peritos do FMI não ouviram. E, mais: em

fevereiro de 1996 o congresso aprovou uma nova lei bancária, escrita num albanês terrível, tradução literal do inglês. Ela retira da legislação até aquela primeira salvaguarda de depósitos toda vez que alguém estiver praticando juros acima do mercado.

Os experts do FMI acreditavam que a Albânia precisava ter quantos bancos pudesse, fossem eles honestos ou fraudulentos. Se na sua inexperience os albaneses acreditaram no "esquema das pirâmides", como se descreveria a atitude do FMI? Quem é que deve ser culpado pelo dano, e quem deve pagar por ele?

EXIJA SEGURANÇA NOS BANCOS

No dia 1º de março de 1996, uma Quarta-feira de Cinzas, por volta de 15h45, a cabelereira Ma Livramento foi até a agência do Bamerindus da praia de Itaipava em Florianópolis. "Na fila vi um homem com um sobretudo e chapéu, em pleno verão. Parecia filme de bang-bang. Outro homem na porta avisou: - Se vocês ficarem quietas, não acontecer nada. Isto é um assalto.... O homem, do sobretudo e dos fundos, com os malotes de dinheiro, e eu só ouvi os tiros. O cliente caiu morto perto de mim. Lá fora tiros e confusão. Um malote de dinheiro no chão, do lado de uma escopeta. Dei chute na arma e me preparei para fugir. Mas um dos seguranças me segurou. Quando caí, parecia em câmera lenta. O tiro me atingiu a pele, o pulmão e a medula. Seis meses depois, sou que estava parapléica. O banco nunca perguntou se eu estava viva."

Esta trágica história aconteceu em Santa Catarina. Os

bancos; em 96 o número subiu para 119, um aumento de 60%; e em 97, até o dia 15 de fevereiro foram registrados pela Polícia Militar 23 ocorrências. O que quer dizer que a cada dois dias um banco é assaltado. Esta triste estatística poderia ser reduzida se as agências apresentassem dispositivos de segurança adequados, como porta giratória com vidro à prova de bala, alarme, circuito interno de televisão e vigilantes com equipamento compatível com sua função.

Por isso o Departamento Estadual dos Bancários e a Federação dos Vigilantes de SC lançaram nesta semana a campanha **Exija Segurança nos Bancos**. Os bancários apelam à população para que assinem o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabelece normas e exigências de segurança nas agências. O abaixo assinado vai ser encaminhado à Assembleia Legislativa assim que alcançar as 35 mil assinaturas necessárias.

Barrados no baile

Valdecir José dos Santos
diretor/Sintrese

Não bastasse as ameaças de privatização, a corrupção e medidas irresponsáveis da direção da Celesc que facilitam a sangria de recursos para empreiteiros, que contrata projetos superfaturados para iluminar o campo (Viva Luz), os celesquianos de Criciúma tem que conviver com outro problema: "companheiros" que ainda não entenderam o que a Celesc representa.

Dia 10 de março, a Intercel, representada por sindicalistas de outras regiões do estado, buscou os trabalhadores de Criciúma para informar e discutir os últimos eventos relacionados com a empresa e falar da importância do Congresso de Eletricitários da Celesc que se realiza em abril. Mas foram impedidos pelo funcionário Arlei Euzébio, assessor de Ivone Farias, já conhecida por suas ações autoritárias, de intimidação. A atitude de Arlei Euzébio exige dos celesquianos criciumenses uma reflexão sobre liberdade e submissão.

Os dirigentes sindicais continuarão trabalhando. É isto, acreditamos, que a categoria espera como resposta à existência mediocore e submissa do Sr. Arlei, que não merece respeito por não respeitar aqueles que verdadeiramente constroem esta empresa.

Os eletricitários de Santa Catarina repudiam a prática daqueles que insistem em ser mais realistas do que o rei e que por isto querem submeter a categoria à desinformação. Os verdadeiros celesquianos são mais fortes e estes é que são a resistência.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista Responsável: Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Redação: Alessandra Mathias. Ilustrações: Frank Maia. Conselho Editorial: Dinivaldo Gajjala, Arno Cugnier, Mauro Passos, Viviane Ramor, Antonio Vitorino, Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Cavalcini, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax: (048-224-9104)



Este manifesto foi elaborado para alertar a população das ilegalidades cometidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao longo do seu mandato. É um alerta sobre os perigos de tal comportamento, que insinua uma ruptura no modelo constitucional democrático. O manifesto mostra o temor de que este modelo seja substituído por outro reacionário e discriminador, que abusa do poder. Ele é assinado pelos mais renomados juristas, advogados e estudiosos do direito brasileiros como Evandro Lins e Silva, Dalmo Dallari, Fabio Konder Comparato, Aristides Junqueira, Osiris Azevedo Lopes Filho, Marcelo La Vénère, José Roberto Batocchio, Plínio Arruda Sampaio, Tarso Genro. Por motivos óbvios, a imprensa vem ignorando o manifesto.

Muitos cidadãos têm visto com intranquilidade a metódica e crescente concentração do poder, ultimamente ocorrida no Brasil em prol do Executivo, sem que, em contrapartida, transpareçam nos meios de comunicação sinais de oposição consistentes a este perigoso fenômeno.

Nós, estudiosos de direito público, sentimos no dever de manifestar preocupação e até mesmo alarme diante de tal estado. Ocupando-nos, por ofício, dos temas relativos às instituições fundamentais do País, cremos estar em condições de avaliar a extensão deste processo e as graves consequências que poderá causar - como já está causando - em detrimento da democracia e das garantias do cidadão. Fatos concretos justificam este alerta.

O país vem sendo dirigido, predominantemente, pelo Poder Executivo por meio de medidas, denominadas provisórias, mas que, pela reiteração, se vão tornando definitivas e cujo desmedido fluxo atinge a inacreditável média de duas por dia. Há, pois, presentemente, verdadeira usurpação das funções

próprio, pois inclusiva da reelegibilidade do atual ocupante da Presidência e também ela com votos disputados segundo procedimentos que a própria imprensa noticiou como censuráveis. Começa a alastrar-se a tese de que não seria necessária a desincompatibilização, cumprindo-se, neste todo, um modelo similar ao obtido pelos Presidentes Fujimori e Menem nos respectivos países.

Completando o quadro da emergência de um poder incontestável de fato, inicia-se, o que é novidade entre nós, um processo de desmoralização do Poder Judiciário e - evento de indistigável seriedade - mediante ataques ao órgão máximo da Justiça do país: o Supremo Tribunal Federal.

Para consternação dos que se ocupam do Direito e se empenham na preservação da Democracia, em face de uma decisão da Corte Suprema - quando outra seria impossível ante os

de traduzir esquecimento de que na Emenda da reeleição - diversamente do que ocorreu no acórdão criticado - esteve visível um pensamento em si próprio - e não no Brasil - pois, se apenas deste se tratasse, a previsão de reeleição far-se-ia tão só para os futuros titulares da Chefia do Executivo.

Nestes episódios ocorre, pois, um agravo não apenas à independência, mas também à harmonia de Poderes (art. 2º da Constituição Federal), instaurando-se clima propício à uma danosa desarmonia, na qual não seria difícil antecipar quais os perdedores, que em última instância serão as liberdades públicas e, portanto, os cidadãos.

Tudo leva a crer que está em curso um processo de ruptura do modelo constitucional democrático instituído em 1988, para substituí-lo por outro, elaborado à imagem e semelhança dos atuais governantes.

Nesta marcha não apenas a Constituição é espezinhada, mas também fundamentais interesses da Nação, hoje ameaçados pelo projeto de privatização da Companhia da Vale do Rio Doce, amanhã, talvez, pelo comprometimento de nossa soberania na Amazônia.

A sequência dos fatos arrolados - todos eles públicos, notórios e reveladores de uma escalada progressiva - evidencia que não se está perante um alarme infundado. Há um clima de personalismo crescente. Seu bom êxito até o momento, propiciado



SHOW BENEFICENTE

O compositor **Luiz Falcão** vai festejar seus 50 anos de vida, 18 deles na capital, com o show **Florianópolis, Ilha do Meu Coração - Ano VII**, nesta sexta-feira dia 21, às 21 horas na AAB/Coqueiros. O valor do ingresso é um quilo de alimento não perecível. Os alimentos serão doados a comunidades carentes da cidade.

TEATRO

Na próxima quarta-feira, dia 26 de março, na sede da Celesc, às 12h 30min, o Sinergia, dentro do projeto "O Teatro Vai à Escola" desenvolvido pelo Centro Cultural do Banco do Brasil, promove a apresentação da peça **Comédia de Todo Mundo**, com Tadeu Aguiar. Os textos intrigantes do espetáculo são de quatro autores: Aristófanes, Tchecov, Maquiavel e Martins Pena. No dia seguinte, quinta-feira, haverá nova apresentação, desta vez na sede da Eletrosul. Além dos eletricitários, os alunos das escolas próximas à Celesc e Eletrosul também estão convidados para assistirem a peça.

legislativas do Congresso Nacional. Demais disto, este sofreu interferências indevidas e por métodos que a imprensa apontou como reprováveis no episódio da eleição do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado, assunto, manifestamente, da economia interna daquelas Casas Congressuais e que não pode ser objeto de formação de parcerias. O Executivo se agiganta em relação ao Legislativo e desborda do princípio constitucional que estabelece independência entre os Poderes, exatamente para prevenir interferências indevidas e a supremacia de um deles. Aliás, ninguém menos que o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil já denunciou à sociedade brasileira que "... a concentração do poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei".

Agregue-se a isto o extremado empenho do Chefe do Poder Executivo na Emenda Constitucional da reeleição, com quebra de toda a tradição republicana brasileira. E - o que é ainda mais grave - em proveito

termos da Constituição - foi divulgada a frase: "Eles não pensaram no Brasil", atribuída pela imprensa ao próprio Presidente da República. Há nisto a gravíssima impropriedade de excitar a opinião pública contra o Judiciário, ao imputar a seu órgão de cúpula esquecimento de deveres patrióticos. Acresce que, dias depois, confirmando a parceria registrada, foi o presidente do Congresso quem levantou sua voz contra a Casa Máxima da Justiça.

Ora, se os cidadãos não puderem esperar do Judiciário a garantia de seus direitos na conformidade das normas preestabelecidas, a quem recorrerão? Poderá alguém irrogar-se a autoridade de escolher, dentre os direitos consagrados na Constituição, aqueles que devam ou não ser respeitados? Haverá, acaso, alguém conferindo a si a qualidade de senhor do critério sobre o que é agir "pensando no Brasil"?

O certo é que em tal frase transparece, incontestavelmente, a concepção subordinante de que magistrados não devem julgar segundo a Constituição e as leis, mas segundo o que o Executivo estima desejável, além

pela ausência de repercussão na mídia dos inconformismos existentes (com o que fica indevidamente sugerida uma unanimidade nacional abonadora das distorções mencionadas), demanda nós brasileiros: é uma experiência eterna a de que todo aquele que detém o Poder tende a dele abusar; o Poder vai até onde encontra limites.

Os signatários deste documento convocam os brasileiros para uma vigília cívica, buscando a reversão das tendências ora denunciadas à Nação e para que exista uma voz sempre atenta em defesa da Constituição e dos direitos e garantias fundamentais consagrados nas instituições que ela modelou para proveito da cidadania.

Independentemente da reprodução integral deste documento pela imprensa, para a qual está sendo entregue, diligenciaremos para que seja afixado em todas as seccionais e subseccionais da ordem dos Advogados do Brasil em todo país, em todas as varas judiciárias e juntas de conciliação de todas as comarcas do país, em todas as Faculdades de Direito do Brasil e em todos jornais, boletins e revistas de órgãos de classe, pertinentes ou não à área jurídica.

Brasília, 07 de março de 1997.